

# Camargo responderá a inquérito policial



Fleury: "Incitação à desobediência civil"

Secretaria de Segurança determina abertura de inquérito contra presidente do sindicato das escolas

AURELIO GIMENEZ

O secretário estadual de Segurança Pública, Luis Antonio Fleury Filho, determinou ontem abertura de inquérito para apurar se declarações do presidente do sindicato das escolas particulares de São Paulo, José Aurélio Camargo, estão enquadradas em crime de desobediência civil, previsto no artigo 286 do Código Penal. No início da semana, José Aurélio declarou que o sindicato não cumpriria a decisão do Tribunal Regional Federal, que estabeleceu novas normas de reajustes escolares, e incitou as escolas de São Paulo a adotarem a mesma medida.

O inquérito será instaurado pela Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon), subordinada à Secretaria de Segurança Pública, que tem prazo de 30 dias para apurar todas as irregularidades. Segundo Fleury, as declarações do presidente do sindicato das escolas particulares são ofensivas e podem ser consideradas crime. A prisão preventiva de José Aurélio está afastada até a conclusão do inquérito.

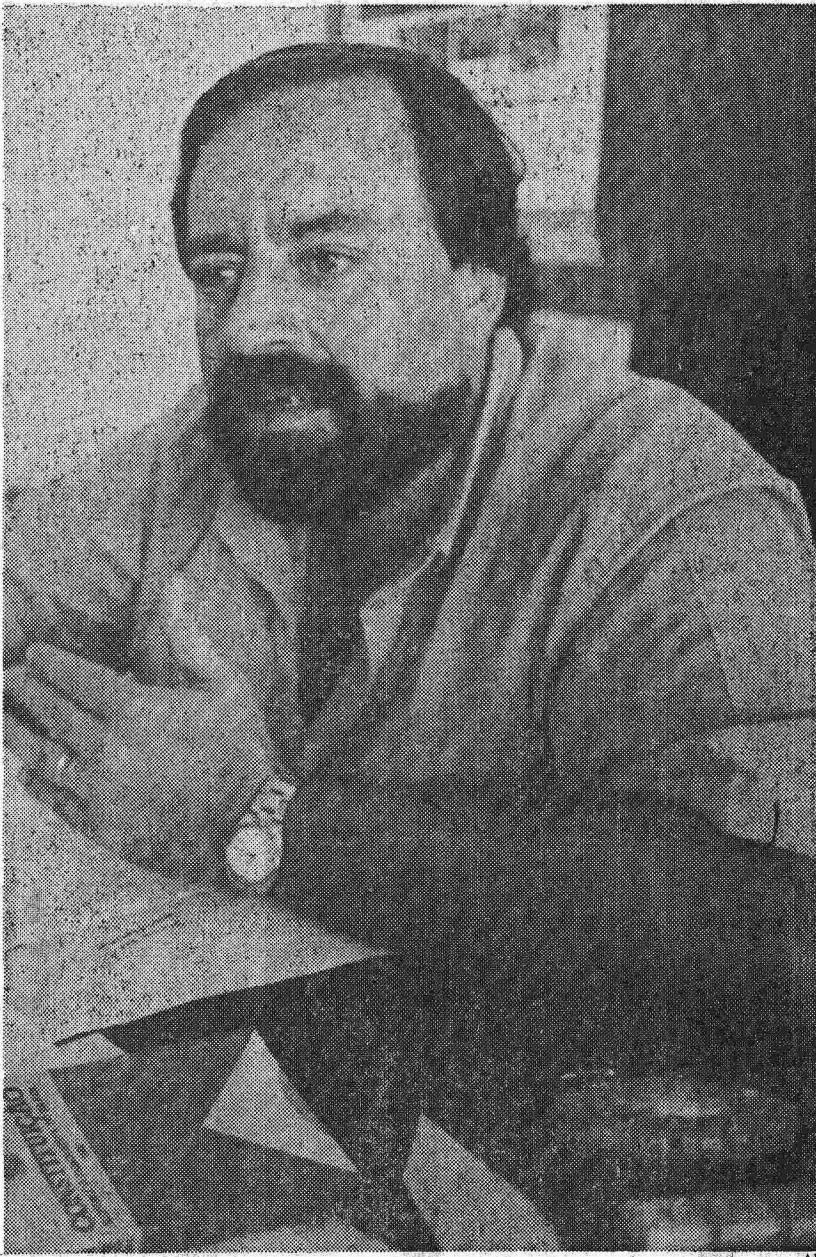
"Todos têm de cumprir uma decisão judiciária e as declarações de Camargo estão incitando à prática da desobediência civil", disse o secretário de Segurança Pública. Fleury afirmou que Camargo já foi processado e condenado a pagar uma multa de 20 salários mínimos de referência por incitamento à desobediência judicial. José Aurélio está recorrendo da sentença em segunda instância.

O diretor do Decon, delegado Benedito Costa Pimentel, afirmou que o inquérito será presidido pelo delegado-titular Eduardo Allage. Ele pretende ouvir José Aurélio ainda no início da próxima semana. Na segunda-feira pela manhã, o presidente do sindicato pretende se reunir com o secretário Fleury, em audiência solicitada para a tarde de ontem e que não foi atendida.

A defesa de José Aurélio baseia-se na afirmação de que a decisão do presidente do Tribunal Regional de Brasília (TRF), Alberto Vieira da Silva, que determina a variação dos reajustes do primeiro semestre em 144,06%, não vale para São Paulo onde os aumentos foram maiores. José Aurélio afirma ainda que as escolas mantêm contrato com todos os pais, assinado no final do ano passado, que permite os reajustes com base no IPC e na planilha de custos de cada escola.

Apesar de afirmar que faz oposição a José Aurélio, o educador Mauro Aguiar, presidente da Associação Grupo de Escolas Particulares — dissidente do sindicato —, disse que a decisão do secretário de Segurança de abrir inquérito conta José Aurélio é uma demagogia contra as escolas particulares. "Sempre fui opositor a José Aurélio, mas agora tenho que concordar com ele, pois é impossível seguir a determinação do TRF", afirma Aguiar.

O presidente do grupo disse que os pais estão apoiando a decisão e as determinações de cada escola e que por isso todas vão continuar cobrando de acordo com a realidade inflacionária de São Paulo e não com base nos índices de Brasília.



Camargo: prisão preventiva descartada